HISTÓRIA ORAL E POLÍTICA: experiências de um historiador nos diálogos com depoentes

ORAL HISTORY AND POLITICS: experiences of a historian in conversations with deponents

Ibarê Dantas*

RESUMO

Este trabalho evoca uma experiência de 38 anos como historiador que construiu seus trabalhos no campo da História Política, quase sempre complementando suas pesquisas documentais com entrevistas de personagens com vivência significativa nos acontecimentos. No conjunto, apesar da variedade de tipos humanos, das trajetórias e experiências diversificadas, das memórias diferenciadas e das visões de mundo diferentes, plasmando suas representações especificas, ficou um longo e valioso aprendizado.

Palavras-chave: História Política; testemunho oral; Sergipe.

ABSTRACT

This paper evokes an experience of 38 years as a historian who built his works in the field of political history, often complementing his research with documentary interviewsof characters with significant experience in the events. Overall, despite the variety of human types, paths and diversified experiences, differentmemories and different worldviews, shaping their specific representations, became a long and valuable learning.

Keywords: Political History; oral testimony; Sergipe.

* José Ibarê Costa Dantas é historiador.

INTRODUÇÃO

O debate sobre história oral atravessou três décadas, dividindo os teóricos, mas enriquecendo o campo da pesquisa. Vasta literatura foi produzida, enaltecendo suas práticas de um lado e, de outro, apresentando restrições ao seu uso. Na tentativa de qualificar esse novo ramo da investigação histórica, a controvérsia se estabeleceu, cada qual com postura específica. Uns viam como técnica, outros como metodologia e chegou ao ponto de alguns considerarem uma disciplina própria.[1]

Embora reconhecendo a importância desse debate, sobretudo quanto às revelações das potencialidades da História Oral, pretendo restringir-me neste texto a narrar minha experiência com os depoentes ao longo de minha faina de escrever livros no sentido de oferecer uma contribuição à História de Sergipe.

Para tanto, é oportuno desde logo apresentar algumas informações prévias com o fim de facilitar o entendimento.

Quando frequentava o último ano do curso de História em 1970, um professor da USP, José Sebastião Witter, veio ministrar uma semana de palestras sobre a História do Brasil e, sabendo da ocorrência de revoltas na década de 1920, despertou-me para a investigação sobre o movimento tenentista em Sergipe.

Devemos lembrar que na campanha sucessória do governo Epitácio Pessoa, surgiu, em outubro de 1921, a questão das cartas falsas que indispôs os militares contra os políticos civis, resultando na Revolta do Forte de Copacabana em 1922. A derrota dos amotinados não encerrou as inconformidades. Antes pelo contrário, as punições e os processos que se abriram contra os envolvidos contribuíram para que as articulações e as conspirações prosseguissem até quando rebentou a Revolta de 05 de julho de 1924 em São Paulo. Quando o governo federal pedia tropas a Sergipe para combater os revoltosos, um grupo militar do 28º BC, que já vinha demonstrando descontentamentos com a política vigente, decidiu rebelar-se em solidariedade ao movimento paulista. As tropas

[1] Sobre a História Oral, a bibliografia já é extensa. Limitei-me, no final, em relacionar algumas obras que me serviram de subsídio diretamente.

saíram às ruas, investiram contra o Quartel da Polícia e contra o Palácio, mataram os sentinelas, prenderam o governador, auxiliares e formaram uma Junta Governativa composta de quatro oficiais que governaram o Estado por 21 dias, ao final dos quais a Revolta foi debelada.

Os participantes foram presos, processados e, antes de serem levados a júri, os líderes revoltosos, mesmo recolhidos ao quartel, voltaram a rebelar-se. Maynard, o principal líder, foi ferido, onze pessoas foram mortas, os amotinados foram presos e pouco depois enviados à Ilha da Trindade. Mais tarde, quando voltaram, foram submetidos a júri, liberados, participaram da Revolução de 1930 e passaram a governar.

Foi esse movimento vitorioso que estudei no meu livro *O Tenentismo em Sergipe*, publicado, em 1974, pela editora Vozes de Petrópolis (RJ).

Depois da sugestão do professor Witter, restava enfrentar o fantasma do passado, seguindo os ensinamentos de Marrou quando dizia: "o passado apresenta-se a ele [o historiador] como um vago fantasma, sem forma nem consistência; para o apreender é preciso encerrá-lo estreitamente numa rede de perguntas sem escapatória, obrigá-lo a confessar-se."[2]

Depois de fazer uma pequena pesquisa exploratória nos jornais, ainda em 1970, ouvi o primeiro depoente. Na época, eu trabalhava no Banco do Brasil e conhecia de vista um ex-funcionário do Banco que me falou dos fatos e do clima da ocasião.

Foi uma entrevista improvisada sem gravador, cujos dados não utilizei no texto. Mas, para mim, este primeiro encontro teve um efeito simbólico e emocional grande. Influenciado pelos ensinamentos de Marc Bloch[3], H. I. Marrou e Lucien Febvre,[4] passei a ver na investigação da história uma prática elevada e a descoberta do passado fascinante. Recordo-me que me marcaram alguns trechos da obra de Marrou nos quais ele chamava atenção para os pressupostos da compreensão, como a simpatia e a paciência. A simpatia, enquanto disposição para entender os motivos que levaram a determinada ação. A paciência no sentido de

[2] Henri Irineu Marrou. *Do Conhecimento Histórico.* Lisboa, Editorial Aster, s/d, p. 53.
[3] Marc Bloch. *Introdução à História.* Lisboa. Publicações Europa-América, 1965.
[4] Lucien Febvre. *Combats pour l'Histoire.* Paris, Librairie Armand Colin, 1953.

interrogar o documento, interpretar seu significado, fazê-lo falar, mostrar como é.[5] Entendi que esses princípios poderiam ser aplicados também para os entrevistados.

Ao ouvir esse primeiro depoente falar de um tempo pretérito, com detalhes de suas vivências, aquelas informações ricas em nuances e particularidades me despertaram para a importância dos depoimentos orais como complemento das pesquisas em documentos escritos.

Entretanto, uma vez graduado em História, considerando necessária a experiência do ensino, tentei o magistério no Colégio Castelo Branco no Bairro Industrial, no curso secundário. Como trabalhava pela tarde e ensinava a duas turmas, uma pela manhã e outra pela noite, encontrei dificuldade em conciliar o ensino e o trabalho com a pesquisa. Por isso, alguns meses depois, pedi demissão do Colégio e passei a dividir meu tempo entre o Banco e o estudo.

Minha rotina então era a seguinte: pela manhã consultava os jornais na Biblioteca Pública Estadual, à tarde trabalhava no Banco e à noite dedicava-me à leitura.

Investigando os fatos há menos de cinquenta anos da Revolta de 1924, ainda havia alguns sobreviventes lúcidos, detentores de boa memória e com experiências ricas e variadas.

Elaborava um questionário sobre os problemas que vinham se acumulando com as fontes escritas, persuadia-o a receber-me sob o pretexto de que estava estudando o movimento para resgatar sua história e quase sempre era bem recebido. Alguns reagiam à presença do gravador, mas em geral terminavam cedendo.

Em 1971, entrevistei quatro pessoas, três das quais foram militares. Um deles não se incorporou ao movimento. Era o tenente José Correia que, na madrugada de 19 de janeiro de 1926, ia sendo assassinado por um revoltoso, ação evitada pelo próprio líder, Augusto Maynard Gomes. Entre os participantes, um deles continuou no Exército, ingressou no Partido Comunista, foi preso diversas vezes e teve uma atuação política participativa e altiva. Um aspecto que transparecia nos depoimentos desses militares era

[5] Henri Irineu Marrou. *Do Conhecimento Histórico.* Lisboa, Editorial Aster, s/d, p. 93.

um certo orgulho de haver integrado um movimento que visava reformar os costumes políticos do Brasil. Como o processo tornou-se vitorioso, a maioria dos entrevistados evocava aquele tempo com sentimento de ufania.

Um civil, simpatizante da Revolta de 1924, fazia questão de dizer: "fomos livres 21 dias, separados do mundo", referindo-se ao período em que a Junta Governativa geriu a administração pública. Outro considerava sua missão de combate aos cabras do coronel Francisco Porfírio de Propriá como um feito grandioso. E lembrava o telegrama que passaram para a Junta Governativa em Aracaju: "Acabo bombardear Carmo. Sigo Japaratuba".

Ainda em 1971, depois de uma certa resistência, entrevistei uma filha de Maynard, que me revelou em detalhes um pouco da trajetória do pai e os dramas familiares com a morte prematura da mãe e as prisões sofridas pelo genitor.

Alguns dos depoentes, além de fornecerem-me informações orais, confiavam-me preciosos documentos, fotos, cartas, boletins do período da intervenção.

No ano de 1972, já estava bem encaminhada a pesquisa em documentos escritos, tendo inclusive consultado todos os jornais disponíveis de 1901 até 1930. Ao saber que ainda havia um sobrevivente da Junta Governativa morando em São Paulo, consegui seu endereço e, em férias do Banco, fui ouvi-lo. Ao chegar, telefonei-lhe. Resistiu em receber-me, mas terminei ouvindo-o por mais de uma hora. Tudo isso foi me permitindo captar os propósitos nem sempre bem definidos do movimento, seus problemas e suas limitações dentro das concepções da época.

Ademais, encontrei em Sergipe mais dois militantes do movimento tenentista. O militar serviu também no Rio de Janeiro e contou-me fatos interessantes, inclusive sobre o período que antecedeu a primeira Revolta. Mas nenhum depoimento revelou-se tão fecundo como o do civil Sálvio Oliveira. "Nascido em Cícero Dantas (BA), chegou a Aracaju em 1911 e aqui vivia exercendo a atividade de comerciante, quando a campanha da Reação Republicana despertou-o para as mazelas políticas. Assistiu de longe aos acontecimentos de 13 de julho sem alguma simpatia que guardasse na lembrança. Após a Revolta, condicionado pelo ambiente

em que vivia, começou a simpatizar com o movimento dos *tenentes,"*[6], aproximou-se de Maynard, tornaram-se amigos e confidentes.

Quando o líder tenentista foi transferido da Ilha de Trindade para o Rio de Janeiro, desta capital Maynard enviou a Sálvio várias cartas expressivas, que transcrevi na segunda parte do meu livro.

Conheci Sálvio Oliveira, em 1972, já octogenário. Homem sóbrio, criterioso, foi diretor do Tesouro do Estado em governos de tendências diferentes e aposentou-se muito conceituado pela sua integridade moral. Ao contrário da grande maioria dos sobreviventes que continuava com uma postura um tanto romântica do movimento, esse participante, ao longo do tempo, aprendeu a analisar a política de forma distanciada, como um observador desapaixonado, desprovido de ilusões e com muito senso de realidade. Foi o depoente que mais ouvi ao longo dos anos de 1972 e 1973. De início, gravava nossas conversas, mas como a transcrição tomava muito tempo, passei a conversar amistosamente sem a presença do gravador, depois reproduzia suas afirmações mais significativas e pedia-lhe para assinar após a leitura.

Como eu tinha uma grande preocupação com a veracidade das informações, fiz vários testes, confrontando seus dizeres com a documentação de que dispunha, comparando suas próprias afirmações e jamais detectei qualquer contradição. Apesar de ter memória privilegiada, costumava dizer "isso não sei", "isso não tenho segurança." De tanto conversarmos, viramos amigos e, anos depois, assisti sem declínio físico, frequentando sua casa. Foi um homem de grande envergadura moral que muito me ensinou com sua experiência de vida, fazendo-me lembrar uma frase de Walter Benjamin, "A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores".[7]

Com sua grande ajuda, pude compreender melhor o espírito do movimento tenentista, ou seja, o clima da época, os sentimentos, as expectativas dos seus participantes.

---

6 José Ibarê Costa Dantas. *O Tenentismo em Sergipe - Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930*, Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 1974, p. 161/162-1ª Edição.

7 Walter Benjamin. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo. Brasiliense, 1994, p. 198.

Depois que publiquei *O Tenentismo em Sergipe,* em 1974, recebi convite da direção da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* da Universidade Federal de Minas Gerais para escrever sobre as eleições de 1974 em Sergipe. Nunca soube quem me indicou. Uma possibilidade teria sido o professor Bonifácio Fortes, que vinha escrevendo sobre os pleitos eleitorais no Estado desde 1960.

Levantei os acontecimentos da campanha pela imprensa, coletei os dados do TRE-SE e ouvi alguns políticos, entre os quais José Carlos Teixeira, principal liderança da oposição em Sergipe, que me concedeu um depoimento longo e rico, servindo de subsídio valioso para compreender a difícil trajetória do MDB a partir de 1966.

Foi a primeira experiência em analisar um acontecimento contemporâneo, as eleições de 1974, que provocaram entusiasmos dos divergentes e descontentamentos por parte dos simpatizantes do domínio militar.

Se antes, com as pesquisas para o *Tenentismo*, já estava animado com os estudos de política, essa aprendizagem estimulou-me ainda mais. Assim que concluí o trabalho, abriu-se uma vaga para Sociologia na Universidade Federal de Sergipe. Prestei concurso, fui aprovado e contratado no início de novembro de 1975. Transcorridos dois anos de ensino, deixei o emprego de 13 anos no Banco do Brasil e submeti-me a uma seleção de Mestrado na Unicamp em Ciência Política. Inicialmente, cogitei em estudar o movimento operário em Sergipe, mas terminei optando por analisar *As Políticas das Interventorias em Sergipe (1930/1945),* ou seja, como os ex-tenentes governaram.

Enquanto, para escrever o *Tenentismo,* entrevistei onze pessoas ao longo de quatro anos, embora, como disse, alguns por diversas vezes, dessa vez colhi depoimentos de quinze cidadãos, entre os quais seis intelectuais conceituados que tiveram alguma vivência no período. O fato é que oito dos quinze entrevistados dispunham de experiência da atividade em órgão público, entre os quais Silvério Fontes, Cabral Machado, Osman Hora Fontes, Fernando Porto, que, em geral não se detinham aos fatos, mas apresentavam uma visão interpretativa mais sofisticada.

Como meu objeto de estudo era compreender a relação dos interventores com os grupos sociais, interessou-me muito ver como foi o

relacionamento com os trabalhadores urbanos. Como já tinha esboçado uma pequena memória sobre a imprensa operária em Sergipe, nessa segunda jornada de entrevistas, ouvi várias vezes João Nunes da Silva, ex-gráfico, líder dos trabalhadores urbanos no período populista, que me forneceu preciosos depoimentos. Depois de complementar os dados nas instituições de pesquisa de Sergipe, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, fiz pequenas adaptações no texto e publiquei-o, em 1983, pela Editora Cortez de São Paulo, com o nome de *A Revolução de 1930 em Sergipe: Dos tenentes aos coronéis.*

Talvez mereça lembrar que, enquanto escrevia minha dissertação, tive uma experiência bastante enriquecedora.

Quando voltei do mestrado em Campinas, havia uma instituição, o *Centro de Estudos e Investigação Sociais – CEIS,* que funcionava no terceiro pavimento do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe com reuniões públicas às segundas-feiras. Mantendo alguns vínculos com o DIEESE, aquela entidade dedicava-se ao estudo da realidade social de Sergipe. Acompanhava a evolução do custo de vida e promovia debates sobre temas sócio-econômicos e políticos. Estávamos em plena fase da abertura política e havia grande motivação em construir o processo de democratização. Fui convidado a participar, integrei-me no grupo, elegeram-me presidente para o período 1981/1983, quando o CEIS viveu sua fase mais movimentada de palestras e debates. Temas candentes do momento, tais como o projeto de urbanização da Coroa do Meio, a Questão Agrária, o Direito do Trabalho, a Constituinte, o Estado Democrático, o Movimento Operário em Sergipe eram debatidos com a participação de técnicos, políticos, líderes estudantis, líderes operários, professores da UFS, algumas vezes até com nomes de fora como Francisco de Oliveira e José de Souza Martins (USP). Este falou sobre o movimento camponês no Brasil. Não raramente as platéias atingiam 40 pessoas e algumas vezes ultrapassavam este número.

É importante observar que, como participante do grupo, entrevistei alguns líderes comunitários, políticos e professores, além de gravar diversas discussões bem representativas do clima e dos valores da época. Não sei que destino levou esse material expressivo de um momento político.

Ao concluir minha dissertação de mestrado, passei a cuidar de uma certa pendência teórica. Ao escrever *O Tenentismo*, senti necessidade de estudar o fenômeno do coronelismo com mais profundidade. Ao chegar em Campinas, como aluno de Décio Saes, escrevi um texto criticando um artigo dele sobre o tema e travamos um debate muito proveitoso ao ponto de o professor convidar-me a publicar os dois textos acompanhados de nossa discussão. Mas como ainda me sentia insatisfeito com meus escritos, após defender a dissertação e retornar a Aracaju, retomei o trabalho teórico e, para ilustrar minhas reflexões com um exemplo concreto, decidi analisar o caso de Itabaiana. Acompanhado de um aluno, fiz algumas entrevistas naquela cidade e colhi informações valiosas sobre o clima de violência que permeou a política daquele município. Esse material foi bastante importante para complementar a base factual para concluir meu pequeno ensaio. E assim nasceu meu pequeno livro *Coronelismo e Dominação.* Como na época integrava um grupo ligado a ANPOCS, intitulado *Relações de Trabalho, Relações de Poder,* tive oportunidade de mais de uma vez debater meu ensaio com especialistas do tema na área de Sociologia em alguns encontros estaduais, por vezes bem acalorados, dos quais guardo boas lembranças.

Ao terminar os dois ensaios sobre o coronelismo, dediquei-me a estudar sistematicamente os partidos políticos em Sergipe com o fim de construir uma síntese que abrangesse do início da República até 1964, como pressuposto para conhecer o período autoritário, então vigente.

Nesse meio tempo, "a professora Maria das Graças Menezes (1986) iniciou uma coleta de depoimentos de trabalhadores no intuito de elaborar uma História da classe operária, particularmente da atuação do Partido Comunista no período 1945/1964."[8]

Convidado para participar do projeto como entrevistador, já com um acervo de depoimentos ilustrativos, pude constatar mais uma vez a diversidade das pessoas na expressão de suas lembranças e de representações, mesmo quando se tratava de um mesmo episódio.

[8] Itamar Freitas. Projeto "*Fontes orais para História contemporânea de Sergipe*". Relatório de Atividades. São Cristóvão-SE, 2002, p. 2.

Embora sem considerar a história como algo dado, mas como uma construção sem cair no relativismo sugerido por Hayden White,[9] mantive uma preocupação com a veracidade dos fatos. Testava-os com os instrumentos disponíveis da crítica interna e externa, interrogava-os e levantava dúvidas. Quando não me sentia seguro, intuitivamente evitava utilizar os dados que não me pareciam convincentes.

Talvez sejam essas precauções que tenham levado alguns interlocutores, sobretudo do campo da literatura, a acharem meus livros contidos, sem voos altos. Conforta-me lembrar uma expressão de Roger Bastide, segundo o qual, as teorias passam, mas os fatos permanecem.

Conforme afirmei, quando participei do projeto com a professora Maria das Graças Menezes (1986), já estava estudando os Partidos Políticos em Sergipe. Nesta investigação ouvi 19 pessoas, 12 das quais pela primeira vez. Tive oportunidade de colher o depoimento de alguns líderes partidários importantes. Um deles chegou a Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Fui a Brasília e o ouvi por mais de uma hora num gabinete do próprio Tribunal.

Fui muito beneficiado também com vários depoimentos do meu ex-professor e amigo José Silvério Leite Fontes que fora Secretário de Estado da Casa Civil do governo Arnaldo Garcez (1951/1955). Não obstante uma certa indisposição com relação à UDN, sua grande cultura humanística, sua visão larga e a lucidez de suas análises me ajudaram muito a compreender não apenas a política partidária, mas também a História de Sergipe em seu conjunto. Ao tempo em que dialogava com esse grande mestre, tirando dúvidas, testando hipóteses, aprofundando discussões e visualizações, pude comprovar a potencialidade de ensinamentos proporcionados pela história oral.

Entretanto, vale a pena ressaltar que a riqueza da entrevista depende também de quem interroga. Daí a importância de conhecer bem o tema para extrair as informações pertinentes. Pensando dessa forma, geralmente exercitava o diálogo com o entrevistado a partir de lacunas verificadas na documentação escrita, tornando o depoimento oral como

[9] Hayden White. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX.* São Paulo: EDUSP, 1992.

complemento. De minha parte, confesso que deixei de ouvir alguns políticos quando nos cruzamos porque no momento do nosso encontro não me sentia suficientemente situado para inquiri-los.

Após estudar os partidos políticos até o colapso do domínio populista nos anos oitenta e publicá-lo em 1989, na década seguinte enfrentei o desafio de escrever sobre a fase do Estado Autoritário.

Apesar de vivenciar todo o processo, acompanhando sua trajetória por jornais, revistas, ensaios diversos, guardando documentos por todo o percurso, considerei insuficiente meu material, consultei as folhas locais e parti para os depoimentos como complementação dos dados disponíveis.

Empolgado com a tarefa, como a Universidade me tomava muito tempo com reuniões de departamento prolongadas, aulas na graduação e na pós-graduação, participação em comissões, requeri aposentadoria, e passei a dedicar-me inteiramente a esse trabalho. Entrevistei, de 1991 a 1996, nada menos de 42 pessoas, entre as quais líderes políticos, líderes operários, líderes estudantis de várias tendências, militantes de diversos tipos, ex-governadores do período e magistrados. Ouvi ainda a mais abnegada advogada dos presos, Ronilda Noblat, em seu escritório na cidade baixa de Salvador e, por um lapso de minha parte, não constou na relação apresentada nas fontes consultadas, embora esteja citada no texto, inclusive na nota 45 da VI parte do livro.

Foi sem dúvida o maior conjunto de entrevistas que fiz nos períodos de pesquisa para meus livros, proporcionando-me o ensejo de informar-me sobre uma multiplicidade de ocorrências do período. Embora fosse um observador interessado que acompanhava os acontecimentos pela imprensa e por conversas com cidadãos bem informados, como políticos e jornalistas, pude perceber como a falta de liberdade de pensamento dificultou uma maior compreensão desse tempo marcado por constrangimentos. Ou seja, pude concluir que, por mais bem informados que sejamos no dia-a- dia, sempre escapam dados significativos. As limitações tornam-se mais patentes quando as fontes censuradas são pobres e/ou suspeitas. Nesses casos, a coleta de depoimentos orais se impõe como imprescindível. Os dramas pessoais, o ambiente de insegurança, as intrigas, as ações dos delatores, as arbitrariedades, os

protecionismos, o jogo de influências pessoais são aspectos que as fontes escritas dificilmente revelam. Pude observar também a diversidade de interpretações, visões de mundo e representações que os depoentes guardaram do período.

Para comprovar fatos controvertidos, inquiri várias pessoas sobre nuances questionadas e assim pude elaborar minha síntese com uma margem de segurança razoável. Publicado em 1997, *A Tutela Militar em Sergipe (1964/1984)* foi certamente a primeira análise de conjunto do período autoritário num Estado da federação brasileira.

Ao concluir esse livro, já aposentado, dentro do meu projeto de estudar a História de Sergipe, comecei a preparar-me para estudar o século XIX por meio da biografia de uma figura política que servisse de eixo central para acompanhar a construção das instituições políticas.

Enquanto lia sobre o século XIX e investigava a política sergipana deste tempo, fiz duas grandes interrupções. A primeira para publicar um livro sobre *Eleições em Sergipe 1985-2000* pela Tempo Brasileiro em 2002.

Como, desde 1974, vinha acompanhando as eleições de Sergipe, transcorridos os pleitos, levantava a documentação escrita e entrevistava políticos, jornalistas e pessoas outras informadas sobre os bastidores da política. Enquanto isso, fui escrevendo pequenos ensaios sobre a campanha, a escolha dos candidatos e o resultado eleitoral. A partir de 1987, passei a apresentar esses trabalhos em fóruns regionais que discutiam as eleições acontecidas no ano anterior. E assim participei de encontros em capitais de Estados do Nordeste, como Recife, Natal, promovidos por jornais, pela ANPOCS regional, em seguida pela ANPOCS nacional, em reuniões em Caxambu-MG como integrante do grupo de trabalho *Partidos e Eleições,* experiência, aliás, muito enriquecedora pelos contatos, pelas palestras e pelo nível das discussões.

Diante desses precedentes, depois que escrevi *sobre As Eleições Municipais* do ano 2000, reuni os ensaios anteriores a partir de 1985, fiz uma introdução analisando a transição, a conclusão e publiquei, em 2002, pequenos estudos sobre dez eleições.

Esse fato me levou a outro trabalho. Como havia estudado a política republicana em Sergipe através de monografias sequenciais,

entendi de construir uma síntese da *História de Sergipe – República (1889-2000)*, aproveitando o material que havia acumulado nos últimos trinta anos de pesquisa em fontes escritas e orais com cerca de cem pessoas, cada qual com suas características próprias.

Conheci algumas com memória fraca, pouco lembradas, que costumavam misturar acontecimentos, situando-se precariamente diante dos fatos. No extremo oposto, deparei-me com indivíduos de memória privilegiada, alguns até com visão globalizante, marcada pela lucidez.

Nos graus intermediários, encontrei os imaginativos, inventivos, fantasiosos, sem senso de realidade. Alguns até falavam com convicção, referiam-se a números, lugares, mas quando se confrontavam com dados conhecidos, percebia-se que eram depoimentos que serviam apenas para estudar a variedade de representações e não para esclarecer e muito menos comprovar afirmações. Às vezes, isso ocorria com indivíduos que participaram do mesmo movimento, com as mesmas tarefas e as mesmas ações, indicando como as versões se conflitavam.

Ao publicar a síntese da *História de Sergipe – República (1889-2000)* pela Tempo Brasileiro do Rio de Janeiro, em 2004, retomei a investigação sobre o século XIX, tendo a atuação política de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909) como eixo central do estudo. Apesar de ser um personagem que faleceu em 1909, mesmo assim colhi dois depoimentos importantes. Um de sua neta Anete Maciel e outro de um cidadão que residiu na casa do antigo e já destruído Engenho Serra Negra, que me ajudou a traçar o cenário da residência. Foi esse trabalho que lancei no ano de 2009 por uma editora local.

Quanto aos pleitos eleitorais, continuo estudando, ouvindo pessoas, escrevendo textos e apresentando em capitais do Nordeste (Natal, Teresina, Fortaleza e Recife) em seminários bianuais promovidos pela Fundação Joaquim Nabuco em parceria com a fundação Konrad Adenauer da Alemanha. O simpósio referente às eleições de 2004 foi publicado sob o patrocínio dessas duas fundações. Os de 2006 e 2008 foram editados pela UFRN.

Em suma, pode-se relativizar a importância das entrevistas, alegando que todas as recordações são uma reconstrução do passado[10], ou que as memórias sofrem um processo de regulação pelas memórias dominantes, ou ainda, que são seletivas ou estão sujeitas a distorções, ou ainda que dão margem a lembranças equivocadas. Tudo isso deve ser levado em consideração, mas não são argumentos suficientes para desqualificá-las.

Não chegamos a afirmar que a fonte oral seja o documento por excelência, mas sim elemento de complementação, pois poderá comportar características específicas e potencialidades que não se encontram nos escritos.

Pela minha modesta experiência, posso dizer que as entrevistas foram muito profícuas pelos grandes recursos que me proporcionaram para minha compreensão sobre a História da sociedade e do Estado de Sergipe.

Os depoimentos orais ocuparam um papel relevante em minha atividade de pesquisador e estão incorporados à minha obra como elemento de complementação das investigações em fontes escritas. Nestes 38 anos de pesquisa, não imagino como seriam meus livros sem a contribuição dos entrevistados. O diálogo, as discussões, enfim a interação que travei com cerca de cem figuras de nossa sociedade constituem fatos dos mais gratificantes e enriquecedores em minha trajetória intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo. Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa. Publicações Europa-América, 1965.

[10] Maurice Halbwachs. *La mémoire collective*, Paris, PUF,1968, p. 58.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *História Oral; Teoria e Técnica.* Florianópolis. UFSC, 1978.

CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da história oral: um caminho para pesquisa histórica in *Fragmenta*. Aracaju: UNIT, 2005.

FEBVRE, Febvre. *Combats pour l'Histoire.* Paris, Librairie Armand Colin, 1953.

FERREIRA e AMADO, Marieta de Moraes e Janaína (coords). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral.* Rio de Janeiro, Topoi, 2002.

FREITAS, Itamar. *Relatório de Fontes Orais para a história contemporânea em Sergipe.* Relatório desenvolvido dentro das atividades do Projeto de Qualificação Docente/UFS/SEED/FAPESE. São Cristóvão, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1968.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Edt. Unicamp, 1991.

MARROU, Henri Irineu. *Do Conhecimento Histórico.* Lisboa, Editorial Aster, s/d.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 3, 1989, p 3-15.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX.* São Paulo: EDUSP, 1992.

Artigo recebido em julho de 2011. Aprovado em agosto de 2011.